

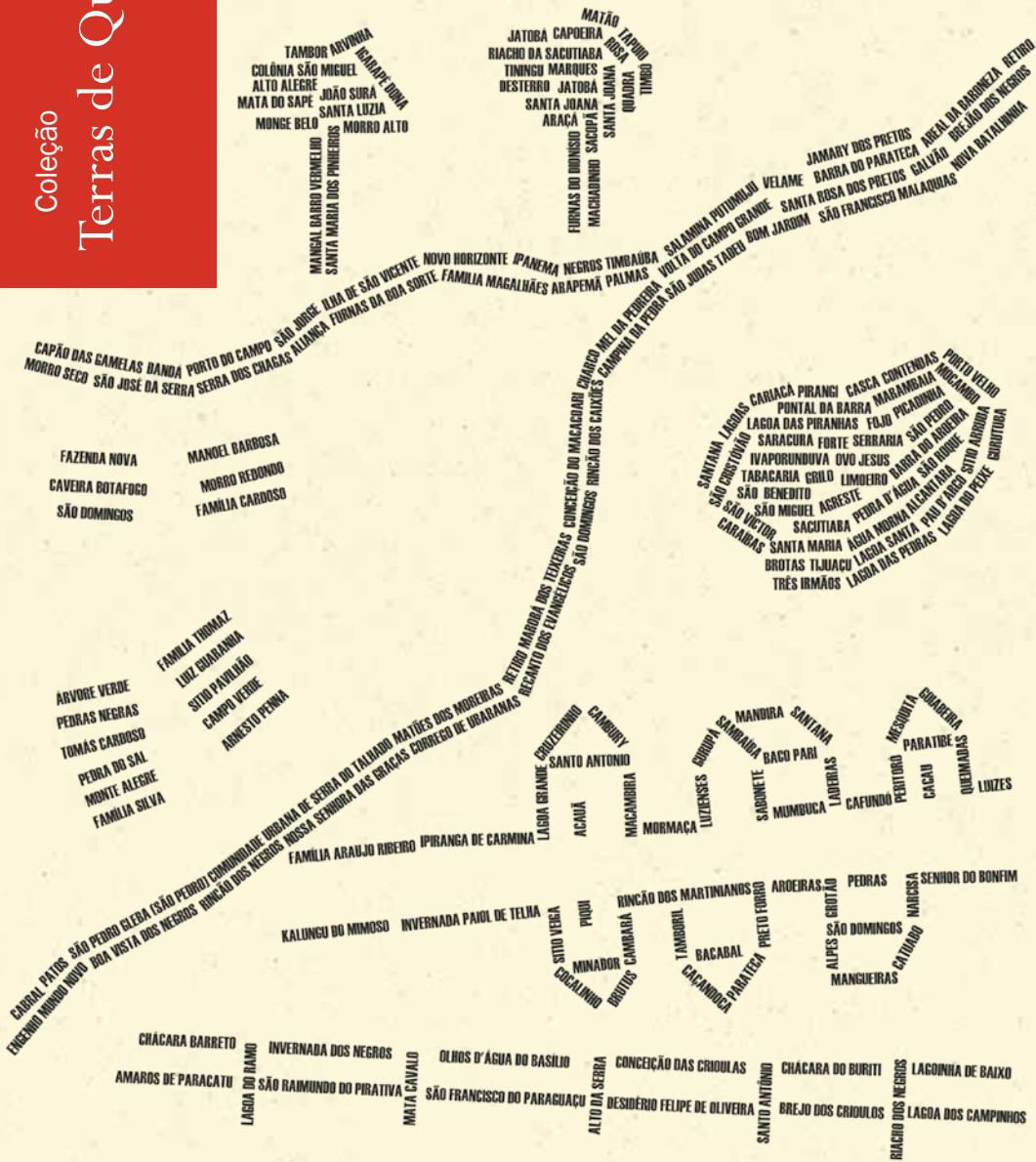


Coleção

Terras de Quilombos

Minas Gerais

Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos



As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos

O Quilombo Brejo dos Crioulos fica às margens do Ribeirão Arapuim, afluente da margem esquerda do Rio Verde Grande. Seu território se estende pelos municípios de São João da Ponte, Verdelândia e Varzelândia, no norte de Minas Gerais. Possui cerca de 3.000 habitantes, distribuídos em 460 moradias.

Ao longo da segunda metade do século 18, negros, fugindo da fome e da escravidão, iniciaram a ocupação da Mata da Jaíba. Na época, a região já era conhecida como um lugar de água farta e boas terras para o plantio, mas a forte incidência de malária afastou a população branca. Curiosamente, essa circunstância favoreceu a ocupação dos negros, que se aquilombaram naquela terra solta, sem dono.



Ali chegando, encontraram os crioulos, para os quais pediram permissão para ficar. Os últimos a chegarem ao Brejo com o fim da escravidão foram liderados pelos irmãos Leopoldo, Mané Novo e João Moreno, vindos do Quilombo Gurutuba, cujos descendentes ainda hoje vivem no Quilombo Brejo dos Crioulos. Clemente Batista, de Cabaceiro, comenta:

Aqui era um quilombo. Vieram negros da Bahia, de Espinosa, dessas cidades antigas, baianas, da Vila do Urubu, de Grão Mogol... Fugiam da casa e iam para aqueles quilombos de pretos, esses lugares onde tinha epidemia e que ninguém queria morar.

À medida que ocupavam o território, os recém-chegados se associavam aos “de dentro”, os nativos, por meio da criação de vínculos: compadrio, matrimônio, comércio e política, até que formaram uma coligação de famílias. Os laços familiares da comunidade de Brejo dos Crioulos ultrapassam os limites do quilombo, alcançando localidades como Macacos, Brejo dos Mártires, Gurutuba, Lagoa Grande, Jacaré Grande, Mocambinho e Jatobá Torto.

Os nomes dados aos grupos familiares de Brejo dos Crioulos são criativos: ou seguem a denominação pitoresca do seu lugar de origem ou atribuem humoristicamente uma característica para o grupo. No primeiro caso, remetem às localidades de onde vieram antes de chegarem a Brejo dos Crioulos, como ocorre com as famílias Macaco e Cachoeira. No segundo caso, os apelidos singularizam um aspecto do grupo, como Queixada (porque andam sempre juntos), Unha Preta (por terem unhas sujas de terra), Rola Sabugo (que brigam constantemente entre si), Gueré (pessoas faladeiras), Cabaceiro (de um local de muitas cabaças), Cabeça Alta (pessoas altas e que andam com as cabeças erguidas), Pifiti (relativo ao barulho feito na banca de jogo de dados). A união entre esses grupos de parentes ficou assim registrada: Macaco uniram-se a Queixada, Unha Preta juntaram-se a Rola Sabugo, Gueré a Cabaceiro, Cachoeira a Cabeça Alta, Pifiti a Cabaceiro, entre muitos outros arranjos.

Hoje, o território ocupado pelos antepassados de Brejo dos Crioulos está dividido por fazendas e sítios que lá

se instalaram. Por isso, as famílias vivem atualmente em áreas mínimas, dificultando a manutenção de suas atividades tradicionais de subsistência. O território é formado por oito núcleos de moradia: Araruba, Caxambu, Furado-Seco, Conrado, Cabaceiro, Arapuim, Serra d'Água e Tanquinho e Furado Modesto. O Quilombo é conhecido na vizinhança por seu modo de vida singular e pelos resquícios de uma língua tradicional, herdada de seus ancestrais africanos: a “língua da costa”.

A vida entre cheias e vazantes

Desde suas origens, a vida em Brejo dos Crioulos gira em torno das atividades agropastoris, orientadas pelos períodos de cheias e vazantes. Os quilombolas guardam ainda o saber tradicional de previsão do clima. Eles conseguem identificar o que acontecerá com o tempo, com os rios e com as lagoas a partir da observação do comportamento dos animais e da localização das trovoadas.

Antigamente, o ciclo produtivo anual conjugava o cultivo de arroz no brejo, durante as chuvas, ao plantio de feijão nas terras da vazante, no período seco. No brejo fica a “primeira terra”, isto é, a melhor para a agricultura, por ser a mais barrenta e estar na beira dos rios e das lagoas. As áreas das vazantes também são boas para a agricultura, por sofrerem a inundação periódica dos cursos d'água. Na descida da água, a terra fica úmida e fértil, pronta para o plantio.



Dona Justina e seu neto Henrique molham as hortas com os *chuveiros*. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

Perto das vazantes são encontradas as “terras de cultura”, consideradas “segunda terra”, de fertilidade média. Logo depois, vem a “terceira terra”, o “carrasco”, que acompanha a água vertente ou o divisor de águas. Ali, o solo só é bom para o plantio de alguns produtos: mandioca, capim braquiária e feijão catador. Em relação à terceira terra, carrasco, seu uso era para a pastagem, formada pelo capim nativo taquari. Nessas áreas não havia cercas, o gado andava solto e era cuidado por todos. Cada rebanho tinha a marca de seu dono.

Margeando o vale do Rio Arapuim, alguns terrenos de maior altitude, formados por pedreiras e cobertos de mata, são conhecidos como Serra, de onde jorra água na época das chuvas. Nessa parte, os lajedos de pedra eram cercados durante a piracema do Arapuim e usados para criação de peixes. As margens da Lagoa do Vale do Arapuim e do Córrego Assa Peixe, ou Canabrabal, também são usadas para plantio. É ao seu redor que as famílias encontram o melhor solo. Por isso, ainda hoje, os espaços mais próximos das lagoas são os lugares preferidos para morar.

A comunidade aguarda o período das águas com grande expectativa, pois ele inaugura o tempo da agricultura. Enquanto as práticas agrícolas acompanham o ritmo das águas, a criação de gado é feita seguindo as margens do rio, dos furados e das lagoas. Já a caça e outras formas de extrativismo não obedecem a um período específico.

As famílias têm uma pequena produção caseira, que segue o tempo da agricultura. Parte do que cultivam é consumido em natura, outra parte é processada e transformada em produtos. Da cana fazem rapadura e cachaça, do milho e da mandioca fazem farinha.



Dona Justina prepara o peixe de sol no quintal da sua casa em Araruba. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

Antes da chegada dos fazendeiros, quando ainda possuíam as “terras de cultura”, o gado era transferido nos períodos de seca. A ocupação das terras dos quilombolas também prejudicou a atividade pesqueira, pois um dos fazendeiros fez uma represa no rio. Atualmente, a caça quase não existe, pois as fazendas de gado substituíram áreas de mata por pastagens.

Sabores, saberes e festas brejeiras

Os laços entre parentes é o princípio básico do reconhecimento mútuo e do pertencimento em Brejo dos Crioulos. Os moradores referem-se uns aos outros como primos e primas, tios e tias. Ainda que a ligação que os une esteja na quarta ou quinta geração, é comum que se apresentem como membros de uma mesma família.

Tudo aqui é uma coligação de família, todo mundo conhece todo mundo. Somos iguais. Então, praticamente tem uma unidade, que vem crescendo desde os antigos. A separação que existe aqui é as fazendas e os dois municípios. Olha essa família aqui, dos Conrado, quase todos são parentes. A divisa de comunidade é praticamente as fazendas. Então, a comunidade, em família, é uma unidade só.

(Marmédio, de Cabaceiro).

As relações de compadrio e bem viver entre vizinhos, bem como a resistência coletiva ao processo de expulsão, distinguem os “de dentro” e os “de fora”, ou seja, aqueles que têm direito de permanecer no território e aqueles que não têm. O pertencimento a uma rede de parentes e o fato de reconhecerem uma origem comum contribuem para a união do grupo e o estabelecimento de práticas sociais destinadas a conciliar interesses divergentes.

Entre as práticas tradicionais do grupo, destacam-se o aconselhamento e o ajuntamento. No aconselhamento, hoje em desuso, os mais velhos se reuniam para intervir em casos que não eram resolvidos dentro da família e afetavam as regras do bem viver. No ajuntamento, um casal impedido de se unir legalmente (por terem tido

outro compromisso legal) pedia para a comunidade reconhecer a sua aliança conjugal. Com o tempo, o ajuntamento perdeu força em relação ao casamento oficial, tanto pelas facilidades que a união oficial pode conceder (como garantia de herança e benefícios previdenciários na viuvez) quanto pelo fato de o divórcio e a separação serem hoje aceitáveis.

Um costume importante é o de manter proximidade e intimidade com os mortos. Vários deles estão enterrados nos quintais das casas de seus familiares. Apesar de no território quilombola existirem quatro cemitérios – dois em Caxambu, um em Araruba e um em Furado Modesto –, alguns moradores mais velhos manifestam a vontade de serem enterrados próximos de suas famílias.

As sepulturas têm dois padrões, usadas seja no quintal ou no cemitério. O primeiro e mais comum consiste em abrir uma cova e cercá-la com cercas de madeira, plantando sobre ela flores e fixando uma cruz no centro. Em algumas cruzes está escrito o ano do falecimento. Esse tipo de sepultura, quando feito nos quintais, fica sob a sombra de árvores, cujo crescimento e envelhecimento indicam o tempo transcorrido desde que o parente se foi. Outro padrão de sepultura é feito de cimento, com lápides que indicam o ano da morte. São decoradas com desenhos ou pinturas feitos no próprio cimento, geralmente em cores fortes.

Em Brejo dos Crioulos, a principal religião é o catolicismo, seguido do protestantismo evangélico e do espiritismo. Há três igrejas católicas, um templo evangélico e uma mesa de santo.



No catolicismo do Quilombo, destacam-se os festejos que celebram os santos padroeiros: Bom Jesus e Santo Rei, que são padroeiros de todo o Brejo dos Crioulos, festejado em Araruba. São Benedito é celebrado em Furado Seco e, recentemente, Furado Modesto passou a comemorar São Bartolomeu.

A mais importante festa de padroeiro é a do Bom Jesus, realizada em agosto de cada ano. Em segundo lugar, está a festa de Santo Rei, celebrada entre dezembro e janeiro. Em ambas, todos os moradores participam e contam com a presença de convidados de comunidades vizinhas. Na ocasião, a comunidade de Brejo dos Crioulos se encontra com moradores e autoridades da cidade de São João da Ponte, município de referência do quilombo, fomentando as alianças entre eles.

As festas de Bom Jesus e Santo Rei são antecedidas pela trezena e por duas festas familiares, uma em Conrado e outra em Caxambu. No período dessas celebrações, as rezas são feitas pelo *Terno do Terço* e pelos cantos dos foliões do *Terno de Folia de Reis*. Um dos momentos mais marcantes é a ladainha, toda cantada. Quando terminam as rezas, cantos e celebrações começa uma farta distribuição de comida, com danças de batuque até o dia raiar. Também há leilões para arrecadar recursos para os próximos festejos.

O bom da festa é que o povo todo, indo para lá, para cá, traz alegria. Reúne todos como antigamente. Aí você vê que só tem parente, é uma parentagem só. Buliu com um, buliu com todo mundo. Sem essa gente toda, a festa não é festa.

(Domingos, de Conrado. Depoimento extraído de Costa, 1999).

A festa de Santo Rei, que antes era realizada na lagoa da Peroba, ocorre no entorno da antiga igreja. Contava, em 2004, com 16 foliões, todos do quilombo. Eles tocavam viola, violão, cavaquinho, caixa e pandeiro. O grupo da Folia é convidado a participar de todas as festas que ocorrem no quilombo, seja as de pagamento a promessas sejam os festejos para os santos padroeiros. A Folia é mais intensa no final do ano, a partir de 24 de dezembro. Os foliões se reúnem na Igreja de Santo Rei e Bom Jesus, cantam o Terno do Terço e rezam. Em 1º de janeiro, voltam a se reunir, percorrendo de dia e de noite as casas dos moradores. Em 5 de janeiro eles descansam, reunindo-se

novamente no dia 6, na festa de Santo Rei, quando concluem o período com cantos e rezas na Igreja.

Até 1960, ao fim dos dias de trabalho, as moradoras do quilombo dançavam o *batuque*. Nessa dança, as mulheres organizavam uma roda e uma delas ia para o meio. Na primeira parte da dança, ela dançava sozinha, dando saltos e batendo com os pés descalços no chão. Os braços abriam e fechavam, enquanto alguém batia a caixa, pequeno tambor de madeira coberto com couro de animal.



João de Papa e Paula seguem na cantoria. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

Depois de alguns minutos dançando sozinha, um parceiro ou parceira entrava na roda, dançando de frente com quem já estava antes. Em seguida, o par era substituído por outro. Dificilmente alguém saía sozinho da roda. Os pares podiam ser formados por mulheres ou por um homem e uma mulher, mas nunca só por homens. Enquanto o par dançava no meio do círculo, alguém da roda “jogava o verso”, decorado ou de improviso, que era repetido pelos demais. **Um dos momentos mais marcantes, que mostrava o comando das mulheres, era quando elas resolviam cansar o homem com quem estavam dançando. A batida era acelerada, enquanto as mulheres se alternavam, até que o homem desistia e saía da roda.** Em 1960, com a introdução dos bailes na comunidade, o batuque deixou de ser realizado diariamente, ficando reservado para momentos especiais.



Ajeitando a roda de batuque.
Foto: Pedro Henrique Mourthé.



Roda de batuque. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

O xote é uma das danças de Brejo dos Crioulos que quase se perdeu. Em 2004, apenas seis ou sete quilombolas sabiam dançá-lo, e só o faziam quando solicitadas. O xote é mais difícil que o batuque, por ter uma coreografia complexa, embora de menor esforço físico. O instrumento musical utilizado é o cavaquinho (somente dois moradores de Brejo sabiam tocá-lo), que marca o ritmo da música, enquanto dois ou quatro casais de mãos dadas dançam frente a frente. A coreografia inclui passos para frente e para trás, rodopio e troca de parceiros.

Os quilombolas também dançam o lundu e a *dança de sala*. No norte de Minas o mais comum é o lundu ser dançado no quintal e a dança de sala dentro de um cômodo da casa. Para a comunidade de Brejo dos Crioulos não existe essa diferença. Ambas são acompanhadas por violão, cavaquinho e pandeiro, enquanto os bailarinos sapateiam, rodopiam e saltam. A grande diferença entre as duas danças está nos instrumentos usados e no ritmo da música. Enquanto a dança de sala cabe mais às mulheres, que marcam seu ritmo sapateando com suavidade e quase sem saltar, no lundu o destaque são os homens, que sapateiam com mais vigor e saltam com mais frequência.

O guaiano, do tipo cruzado, é outra dança do Quilombo Brejo dos Crioulos. É dançada pelos homens e apresentada pelos membros da Folia de Reis nas festas religiosas, nas rezas e no pagamento de promessas. Participam quatro foliões, sendo um violeiro, um violista, um pandeirista e

um caixeiro, formando pares. O folião com a viola fica na frente do que está com o violão e ao lado do que está com a caixa, que por sua vez está à frente daquele com o pandeiro, que fica ao lado do que está com o violão. Essa configuração forma um quadrado. Após introduzirem a música – moda de viola, toada, sertaneja –, os foliões começam a dançar, se entrecruzando de um lado para o outro, em ritmo lento ou rápido. Quando a velocidade aumenta, a dança exige dos músicos e dançantes uma grande habilidade para que os instrumentos e a coreografia não se choquem.

Outra dança, a *roda das moças*, também está desaparecendo. Era formada por mulheres solteiras que, impedidas de participarem do batuque, se reuniam em uma roda separada para cantar versos, seguidos de desafios improvisados. Assim, todas entoavam, sem uso de instrumento musical, um verso decorado, respondido com um verso improvisado.

A “divisão”

Na década de 1920, um fazendeiro negro requisitou a divisão das fazendas Arapua e Morro Preto a um agrimensor de Brasília de Minas. Começou no território de Brejo dos Crioulos um processo de expropriação que levou muitas famílias a deixarem suas terras, as quais passaram a ser ocupadas por fazendeiros das redondezas. Esse período ficou conhecido como Divisão de 30. Algumas famílias decidiram não acompanhar a divisão e mudaram-se para outras áreas. Outras famílias se juntaram a parentes que acompanharam a divisão e foram residir em suas glebas. Aquele que acompanhou a divisão entregou ao agrimensor uma vaca parida como pagamento.

A divisão das fazendas foi feita sem considerar nem o tamanho nem quem era o ocupante da terra. Assim, o território foi fragmentado em 43 parcelas pertencentes a 35 famílias. O agrimensor introduziu no território negro “glebas de ausente”, posteriormente vendidas para fazendeiros de fora.



Assentamento Quilombola. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

Muitas famílias tiveram que sair de suas terras e se instalar na *terra de santo*: terreno localizado no núcleo Araruba, doado pelos primeiros moradores do Quilombo, Leopoldo e Manoel Fernandes de Souza, como pagamento de promessa ao padroeiro, Santo Rei.

A divisão inaugurou entre os quilombolas a noção de um patrimônio fundiário. A maioria dos descendentes que adquiriram as glebas guardam os documentos da época da divisão, pois tais documentos são importantes para a luta pela recuperação das terras.

Já na década de 1950, o Governo Federal deu início ao combate da malária e da doença de Chagas, por meio do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Após a desinfecção, a partir de 1960, a região passou a integrar a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), tornando-se alvo de grandes projetos agropecuários. A partir de então, as terras da comunidade de Brejo dos Crioulos ficaram mais visíveis e atraíram a cobiça de grandes empresários e fazendeiros. Alguns moradores foram embora, outros desapareceram de modo misterioso enquanto andavam a sós nas trilhas e caminhos, e outros foram constrangidos ou seduzidos a vender seus terrenos.

A expropriação das terras por fazendeiros brancos, sofrida pela comunidade a partir dos anos 1960 resultou em transformações na forma de conceber a terra e na ocupação do espaço em que os quilombolas viviam. As áreas de plantação, moradia, criação, o uso dos *furados* (depressões arredondadas inundadas sazonalmente) e das lagoas foram alterados pelas limitações decretadas. Houve danos ao

meio ambiente, consequência de ações como a construção de barragens e projetos de irrigação, bem como a imposição de uma nova lógica de propriedade da terra, que se tornou uma mercadoria e não um território de ocupação tradicional.

A expropriação das terras da comunidade, ao longo do tempo, causou um grande impacto em Brejo dos Crioulos. Antes, só havia cercas em torno dos roçados, para protegê-los dos animais, e nos currais e chiqueiros. A tomada das terras de cultura por novos proprietários significou o fim da produção agrícola de alimentos, bem como da agroindústria caseira de farinha, rapadura e fubá.

Outro problema foi a derrubada das matas. Essa ação significou a perda da biodiversidade e o escaçamento das reservas de madeira, de remédios naturais e da caça. Com a dificuldade para sobreviver nas terras, os quilombolas tiveram que buscar novas soluções. Parte da comunidade começou a migrar, temporária ou permanentemente, em busca de trabalho. Alguns moradores também construíram cômodos que eram alugados ou usados para fins de comércio, principalmente de mantimentos, carnes e bebidas. Outros optaram pela produção à meia nas terras das fazendas vizinhas. Contudo, quase sempre, os fazendeiros soltavam os animais na área plantada antes da colheita, fazendo com que tudo fosse perdido.

Lutando por tempos melhores

A demanda do Quilombo Brejo dos Crioulos é pela recuperação das terras ocupadas pelos seus antepassados. Os documentos obtidos durante o período da divisão comprovam a ancestralidade da ocupação quilombola, demonstrando que ocupavam essas terras antes da data dessa divisão.

Para os moradores do Quilombo Brejo dos Crioulos, a chegada dos fazendeiros provocou traumas profundos, que apenas o processo de reconquista do território conseguiu amenizar. Apesar dos contratempos do processo, o grupo não se desintegrou. Permanece unido

como comunidade que resiste historicamente desde a escravidão e que agora luta pela regularização fundiária de seu território.

A terra era solta. Tinha pouca gente e qualquer um plantava onde queria, sempre na beira do brejo. O tempo era melhor. Fazendeiro chegou e acabou com tudo. Você podia fazer roça grande, do tanto que o senhor pudesse. Podia! Era só escolher o lugar e roçar, trabalhar. Os fazendeiros... Ah, os fazendeiros! As terras que a gente tinha eles tiraram.

(Nestor, de Conrado. Depoimento extraído de Costa, 1999).

A titulação do território do Quilombo Brejo dos Crioulos será fundamental para que a comunidade tenha a justa titulação de suas terras e possa dar continuidade ao seu modo de viver e se reproduzir.



Entrada do Acampamento - Sede da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos. Foto: Pedro Henrique Mourthé.

Esta narrativa foi composta por Sandra Martins Farias com base no Relatório Antropológico do Quilombo Brejo dos Crioulos, elaborado em 2004 pela antropóloga Elizete Ignácio dos Santos, com a participação de Simone Raquel Batista Ferreira, Vera Lúcia Santana Araújo e Francisco José Lopes de Souza. Dois depoimentos são da dissertação de mestrado em Antropologia de João Batista de Almeida Costa, “Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo da penúria dos morenos: a identidade através de um rito em Brejo dos Crioulos (MG)”. Universidade de Brasília, 1999. João Batista de Almeida Costa contribuiu com uma revisão final dessa narrativa. Todas as fotos foram gentilmente cedidas por Pedro Henrique Mouthé, e obtidas de sua dissertação de mestrado em Antropologia “Entre os documentos e as retomadas: movimentos da luta pelo território em Brejo dos Crioulos (MG)”. Universidade Federal de São Carlos, 2015.

Uma palavra da comunidade

Brejo dos Crioulos

Desde a década de 1960, já teve uma resistência aqui no território quilombola. Depois, a gente começou, mais ou menos em 1999, uma resistência mais nova. O Joba [João Batista de Almeida Costa] chegou por aqui fazendo uma pesquisa. (...) Aí, mais ou menos em 1999, o João terminou o estudo que ele estava fazendo aqui dentro da área quilombola. Aí, ele foi embora e, quando ele volta, ele já falou comigo e Ticão: 'Oh, eu fiz um estudo aqui e foi comprovado que aqui é uma área remanescente de quilombola. Mas agora depende de vocês dentro da comunidade fazerem uma organização interna. Primeiro, tem que criar uma associação'. Aí, mais ou menos em 2001, a gente com Ticão fez uma organização e criamos uma associação. Depois da associação criada, a gente tornou a sentar e Ticão saiu para procurar uns apoios. Ele sentou com todos os movimentos sociais que lutam pelo direito dos excluídos: CPT, MST, Centro de Agricultura Alternativo -CAA.

Aí, em 2004, (...) começamos o embate para pegar a terra que é nossa. Aí, a gente sentou e acertou. A primeira retomada foi a fazenda São Miguel, aqui do fundo nosso. A gente fez uma mobilização que teve mais ou menos umas 500 pessoas, uma mobilização bem organizada. (...) Veio polícia e depois o oficial. Ele notificou a gente que a fazenda já tinha reintegração de posse e que nós tínhamos que sair. Mas nós recusamos, nós não saímos. Porque uma luta desta, com esse tanto de gente, nós vamos topa a polícia mesmo, não vamos sair não. Quando eu entrei para a luta eu não sabia de nada. Eu aprendi sobre o direito quilombola no dia a dia, acompanhando o povo e a luta.

De uma entrevista com José Carlos de O. Neto (Véio) feita por Pedro Henrique Mourthé em 2014, que a incluiu em sua dissertação de mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de São Carlos, 2015.



José Carlos de Oliveira Neto,
"Véio"



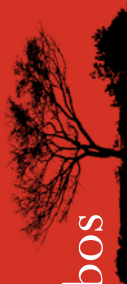
Francisco Cordeiro Barbosa,
"Ticão"

A conquista do território foi bastante custosa, exigiu de nós da comunidade muitos anos de luta e resistência. E agora, que estamos percebendo que a conquista está chegando, a pergunta que fica é: e agora? Ganhamos o território de volta e penso que temos uma responsabilidade de fazer um bom uso sustentável dele. A gestão de um território quilombola exige muita responsabilidade e deve ter uma gestão diferenciada. Temos que saber como lidar com os atores externos que continuam a ter interesses econômicos e exploratórios em nosso território.

Em minha visão, uma gestão responsável do que recebemos deve ser feita com o manejo sustentável dos recursos e um uso adequado e compartilhado do território. Penso que a gestão deve ouvir as partes da comunidade e o Conselho Deliberativo de Gestão Territorial é um fator fundamental para conseguir fazer com que o futuro seja adequado a toda a luta e resistência da Comunidade de Brejo.

As políticas públicas devem ser diferenciadas na saúde, saneamento, produção e, principalmente, na educação. Os alunos da comunidade estudam em escolas convencionais e não estudam a realidade local. Nem a Lei 10.639/2003 está sendo aplicada. Os alunos pouco sabem sobre sua própria história. Queremos a educação convencional sim, mas também que os alunos conheçam a cultura quilombola e a história da África.

Escrito a partir de entrevista concedida a Lilian Gomes ao telefone por Francisco Cordeiro Barbosa (Ticão).



Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F224qb Martins Farias, Sandra
Quilombo Brejo dos Crioulos / Sandra Martins Farias. - Belo Horizonte :
FAFICH, 2016.

16 p.: il. (Terras de quilombos)

Baseado em Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da
comunidade de Quilombo Brejo dos Crioulos – Verdelândia MG, de Elizete
Ignácio dos Santos.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Farias, Sandra Martins Relatório técnico-
-científico sobre os remanescentes da comunidade de Quilombo Brejo dos
Crioulos – Verdelândia MG. I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER
Presidente da República

ELISEU PADILHA
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO
Secretário Especial de Agricultura Familiar
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES
Coordenador do Núcleo de Estudos
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA
Presidente do Instituto Nacional de
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES
Diretor de Ordenamento da Estrutura
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI
Coordenadora Geral de Regularização
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS
JULIA MARQUES DALLA COSTA
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS
Apoio técnico – Superintendências do
Incra nos estados

A Coleção Terras de Quilombos

reúne um conjunto de narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG

CERBRÁS
Centro de Estudos
Rurais e de Políticas
Agrárias e Territoriais

CEC - AL

Quilombolas

INCRA nead

SECRETARIA ESPECIAL DE
AGRICULTURA FAMILIAR E DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

BRASIL
AGRICULTURA FAMILIAR